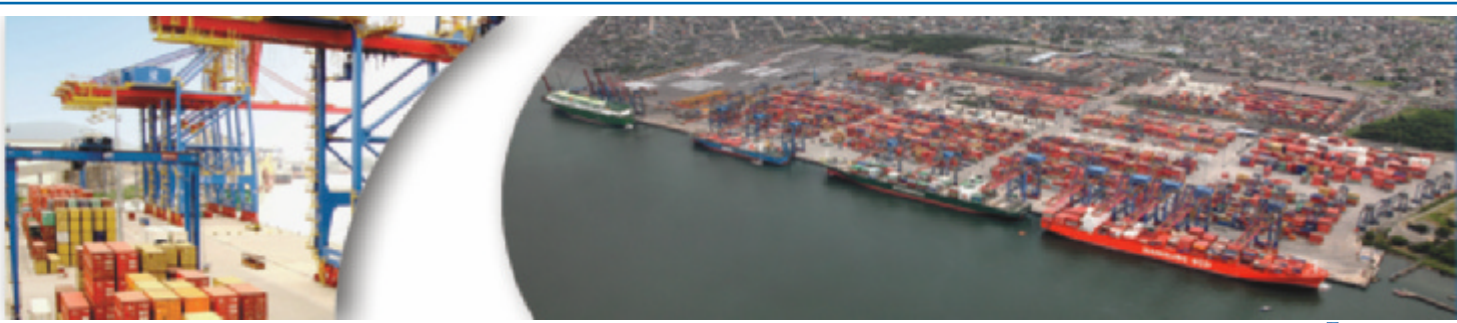




SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Santos Brasil Participações S.A. relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Os mesmos se encontram disponíveis no website da Companhia, www.santosbrasil.com.br.

Perfil Corporativo

Referência em operação de contêineres e logística, a Santos Brasil é uma empresa genuinamente brasileira que colabora ativamente para o desenvolvimento do País, com investimentos constantes destinados à modernização da infraestrutura portuária.

Presente em três portos brasileiros e capaz de atender a todas as etapas da cadeia logística, a Companhia manteve em 2011 a liderança na participação de mercado no Brasil e na América do Sul em movimentação de contêineres, segundo pesquisa realizada pela consultoria britânica Drewry Independent Maritime, que acompanha o setor portuário desde 1970.

A Companhia, cuja sede administrativa está localizada na cidade de São Paulo, conta com uma infraestrutura formada por três terminais de contêineres (Tecon Santos/SP, o maior terminal da América do Sul, Tecon Imbituba/SC e Tecon Vila do Conde/PA); um terminal de exportação e importação de veículos (TEV), localizado no Porto de Santos; e unidades de logística portuária integrada em Santos (SP), Guarujá (SP), São Bernardo do Campo (SP), Jaguaré (SP) e Imbituba (SC).

Listada desde 2006 no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, a Santos Brasil adota um modelo de crescimento contínuo e sustentável, que alia alto desempenho financeiro e operacional com preservação ambiental e responsabilidade social.

Além de investir no desenvolvimento sustentável do negócio, a Santos Brasil procura ainda gerar valor para os seus acionistas e para a sociedade, com a adoção de uma postura ética e transparente e com o apoio ao desenvolvimento de iniciativas voltadas às boas práticas de preservação ambiental e à educação profissional de jovens das comunidades onde atua.

Desempenho Operacional

INDICADORES OPERACIONAIS

(unidades)	2011	2010	Var. (%)
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Operações de cais	1.001.875	938.924	6,7%
Contêineres Cheios	781.523	742.681	5,2%
Contêineres Vazios	220.352	196.243	12,3%
Operações de armazenagem	179.202	182.900	-2,0%
LOGÍSTICA			
Operações de armazenagem	74.632	67.848	10,0%
TERMINAL DE VEÍCULOS			
Veículos movimentados	205.603	154.211	33,3%

A expansão das economias dos países emergentes em 2011 deu impulso ao fluxo de cargas pelo maior porto do Brasil, fazendo com que o **volume** operado pelos terminais portuários da Santos Brasil superasse a marca histórica de **1.000.000** de contêineres movimentados no ano.

O crescimento de **6,7%** obtido em **2011** representa aproximadamente 2 vezes o crescimento do PIB brasileiro. Este crescimento tem sido possível em decorrência do significativo avanço da eficiência operacional do principal terminal da Companhia - o Tecon Santos. A produtividade alcançou patamares recordes históricos, finalizando 2011 com uma **média mensal de 78 movimentos por hora - MPH**.

Desta forma, o Tecon Santos se consolida como o terminal de contêineres com maior produtividade no Brasil, e em patamares similares aos melhores terminais de contêineres no mundo. No ano, a média superou as expectativas de chegar a 70 MPH.

O desempenho anual seria ainda melhor, caso o segundo semestre de 2011 não fosse afetado pela redução dos embarques de açúcar, a principal carga de exportação dos terminais, e que apresenta concentração dos embarques no segundo semestre. A volatilidade do câmbio também gerou incertezas que reduziram sutilmente as importações na segunda metade do ano.

O mix de contêineres cheio-vazio registrou **78% de cheios** no acumulado do ano, com o bom desempenho do fluxo de contêineres cheios de longo curso que cresceu 3,4% em 2011.

O **volume de contêineres armazenados** nos terminais portuários apresentou redução de **2,0%** no ano de 2011 quando comparado à 2010, devido a menor taxa de retenção de contêineres de importação desembarcados para armazenagem no Tecon Santos que passou de 52% em 2010 para **47% no 2011**.

As operações de armazenagem afiançada pela **Santos Brasil Logística** registraram crescimento de **10,0%** em relação à 2010 devido ao crescimento do *market-share* no Porto de Santos. Em 2011 foi observado forte crescimento dos serviços de logística integrada através dos Centros de Distribuição de São Bernardo do Campo e Jaguaré. Os serviços oferecidos abrangem desde o recebimento de cargas pelos terminais portuários, passando pelos CLIA's (Centro Logístico e Industrial Aduaneiro), Centros de Distribuição até o transporte rodoviário de contêineres e de distribuição de carga fracionada.

Por fim, a **movimentação de veículos** registrada no Terminal de Veículos em **2011** foi **33,3%** superior à 2010. O desempenho deste segmento de negócios foi influenciado tanto pelas exportações quanto importações, que cresceram 38% e 26% respectivamente.

Resultados Econômico-Financeiros

Os valores incluídos nesta discussão de resultados são apresentados em R\$ milhões e, portanto, sujeitos a arredondamentos. Como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Receita Bruta dos Serviços

(R\$ milhões)	2011	2010	Var. (%)
TERMINAIS PORTUÁRIOS	997,5	787,2	26,7%
Operações de cais	581,2	515,2	12,8%
Operações de armazenagem	416,3	272,0	53,1%
LOGÍSTICA	216,1	165,5	30,6%
TERMINAL DE VEÍCULOS	65,1	30,6	112,7%
Consolidado	1.278,7	982,7	30,1%

No segmento de **Terminais Portuários**, a receita bruta dos serviços de operações de cais cresceu **12,8%** em 2011. O crescimento maior que a evolução dos volumes operacionais deve-se basicamente aos reajustes nos contratos com companhias de navegação.

A **receita com operações de armazenagem** cresceu expressivos **53,1%** no período, acima da variação do volume de contêineres armazenados. Esta diferença deve-se ao reajuste no preço dos serviços de armazenagem no Tecon Santos e ao maior *dwell time* (tempo de armazenagem) dos contêineres armazenados, que influenciou positivamente o resultado registrando aumento de 15,4 dias em 2010 para 16,4 dias em 2011.

No segmento de **Logística**, a receita bruta apresentou crescimento de **30,6%** em comparação ao ano anterior, resultado: (i) do crescimento no volume de cargas armazenadas nos CLIA's (Centro Logístico e Industrial Aduaneiro) no Porto de Santos; (ii) do esforço comercial da Companhia para incrementar os serviços de logística integrada com o objetivo de atender principalmente os clientes que utilizam o porto; (iii) expansão dos serviços com o Centro de Distribuição e transporte rodoviário; e (iv) reajustes de preços dos serviços. A receita com o **Terminal de Veículos - TEV** no Porto de Santos registrou alta de **112,7%** em **2011**. O crescimento substancial da movimentação, o maior tempo de armazenagem e o reajuste anual dos preços permitiram ao Terminal de Veículos registrar o maior crescimento entre os segmentos de negócios, tornando-se o **principal destaque do ano**.

Receita Líquida dos Serviços

Em **2011**, a **receita líquida consolidada** montou **R\$ 1.124,7 milhões** frente aos R\$ 865,5 milhões em 2010, crescimento de expressivos **29,9%**, em linha com a evolução da receita bruta.

Custo dos Serviços Prestados

(R\$ milhões)	2011	2010	Var. (%)
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Custos com Movimentação	130,2	123,0	5,9%
Custos com Pessoal	136,2	108,5	25,5%
Arrendamento e Infraestrutura	56,1	45,8	22,5%
Depreciação e Amortização	78,4	69,0	13,6%
Outros Custos	73,0	45,0	62,2%
Total	473,9	391,3	21,1%
LOGÍSTICA			
Combustíveis e Fretes	40,2	31,9	26,0%
Custos com Pessoal	44,5	32,2	38,2%
Depreciação e Amortização	5,6	4,1	36,6%
Outros Custos	33,3	36,9	-9,0%
Total	123,6	105,1	17,6%
TERMINAL DE VEÍCULOS			
Custos com Movimentação	13,0	8,5	52,9%
Arrendamento e Infraestrutura	3,5	3,0	16,7%
Depreciação e Amortização	9,1	9,1	0,0%
Outros Custos	3,4	1,4	42,9%
Total	29,0	22,0	31,8%
Consolidado	626,5	517,8	21,0%

TERMINAIS PORTUÁRIOS

Custos com *Movimentação (mão-de-obra avulsa, taxa canal-TUP e outros custos variáveis)*: o crescimento de **5,9%** em relação à 2010 foi resultado da evolução da movimentação de contêineres nas operações de cais. *Custos com Pessoal*: apresentaram aumento de 25,5% devido: (i) ao aumento do quadro de funcionários em função da maior demanda prevista objetivando o aumento da produtividade e capacidade; e (ii) do reajuste salarial concedido aos funcionários conforme negociação sindical.

Arrendamento e Infraestrutura: o aumento de R\$ 10,4 milhões em 2011 foi essencialmente resultado dos reajustes contratuais previstos nos contratos de concessão e da mudança da quantidade de movimentação mínima no Tecon Imbituba. Conforme já divulgado pela Companhia, o contrato de concessão do Tecon Imbituba prevê o compromisso de uma movimentação mínima pelo terminal de 65.000 contêineres no 1º ano de atividade, 150.000 no 2º, 280.000 no 3º e de 360.000 a partir do 4º ano de atividade, sendo que o início do contrato ocorreu em abril de 2008.

Depreciação e Amortização: registraram aumento de **13,6%** devido ao início da operação do novo cais no Tecon Imbituba, bem como início das operações com os novos equipamentos.

Outros Custos: os outros custos registraram aumento de **62,2%** no ano de 2011 devido principalmente aos gastos com manutenção que foram R\$ 15,7 milhões superiores ante o ano anterior objetivando o aumento da produtividade.

LOGÍSTICA

Combustíveis e Fretes: evoluíram em **26,0%** em 2011 frente à 2010, devido principalmente: (i) ao aumento da movimentação das operações de armazenagem de cargas e da prestação de serviços de transporte e distribuição; (ii) ao reajuste nos preços cobrados por terceiros com a prestação de serviços de transporte rodoviário.

Custos com Pessoal: registrou crescimento de **38,2%** na comparação anual, resultado do reajuste de salários conforme dissídio coletivo da categoria e principalmente pelo aumento no quadro de funcionários em 2011 para atender novos clientes do Centro de Distribuição de Jaguaré (SP).

Depreciação e Amortização: registraram aumento de 36,6% devido aos investimentos em novos equipamentos adquiridos para atender o crescimento da demanda.

Outros Custos: registraram redução devido a despesas não recorrentes ocorridas em 2010 e que não se repetiram em 2011, dentre as quais as despesas com o reparo do armazém de cargas do CLIA Alemoa devido a um incêndio ocorrido em outubro de 2010.

Receitas ou Despesas Operacionais

(R\$ milhões)	2011	2010	Var. (%)
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Vendas	17,0	13,2	28,8%
Gerais e Administrativas	43,6	40,3	8,2%
Total	60,6	53,5	13,5%
LOGÍSTICA			
Vendas	14,1	10,0	41,0%
Gerais e Administrativas	13,2	10,7	23,4%
Total	27,3	20,7	31,9%
TERMINAL DE VEÍCULOS			
Vendas	–	–	–
Gerais e Administrativas	0,3	0,1	200,0%
Total	0,3	0,1	200,0%
CORPORATIVO			
Gerais e Administrativas	47,8	47,3	1,1%
Depreciação e Amortização	15,6	16,5	-5,5%
Total	63,4	63,8	-0,6%
Consolidado	151,7	138,1	9,8%

As **despesas operacionais consolidadas** apresentaram crescimento de **9,8%** em 2011, totalizando **R\$ 151,7 milhões**.

No segmento de **Terminais Portuários**, o aumento da receita com armazenagem elevou os gastos com comissionamento dos agenciadores de carga (calculado sobre o faturamento de armazenagem). No caso das despesas gerais, reajustes salariais pressionaram as despesas com pessoal e contratos de prestação de serviços foram reajustados conforme previsão contratual.

No **Logística**, as despesas foram igualmente pressionadas pelo aumento dos gastos com comissionamento dos agenciadores em razão do aumento das operações e faturamento, e pelos reajustes salariais concedidos conforme dissídio coletivo.

O **Terminal de Veículos** apresentou aumento de **200%** das despesas devido a grande demanda pelos serviços em **2011**, o que levou a um grande crescimento do volume operado.

O aumento verificado nas **despesas corporativas** teve como principal causa a baixa de ativo intangível no valor de R\$ 3,5 milhões que corresponde a projetos de ocupação da área da Prainha e Complexo Viário em Imbituba. Os projetos estão sujeitos à análise e aprovação das autoridades públicas e caso forem aproveitados, a Companhia terá o direito a ressarcimento dos gastos efetuados.

EBITDA e Margem EBITDA

(R\$ milhões)	2011	Margem (%)	2010	Margem (%)	Var. (%)	Var. (%) Margem
Terminais Portuários	430,1	48,6%	324,1	46,4%	32,7%	2,2 p.p.
Logística	40,0	21,6%	20,3	14,4%	97,0%	7,2 p.p.
Terminal de Veículos	34,6	63,1%	13,0	49,9%	166,2%	13,2 p.p.
Corporativo	(47,8)	–	(47,3)	–	–	–
Consolidado	456,9	40,6%	310,1	35,8%	47,3%	4,8 p.p.

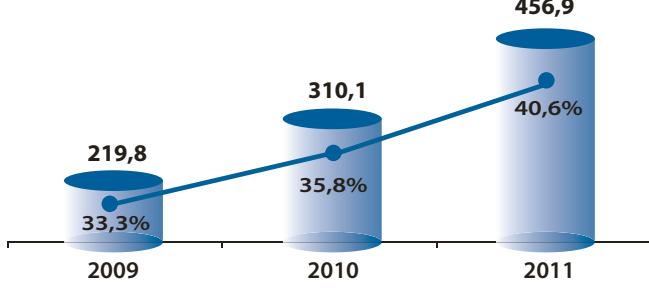
O **EBITDA Consolidado** registrou crescimento significativo de 47,3%, totalizando **R\$ 456,9 milhões** com margem de **40,6%**, 4,8 pontos percentuais acima da margem no ano anterior.

O segmento de **Terminais Portuários** apresentou crescimento de 32,7% e incremento da margem em 2,2 pontos percentuais em razão (i) do aumento no volume movimentado nas operações portuárias; (ii) de maior economias de escala no Tecon Santos e; (iii) reajuste dos serviços de armazenagem e operações de cais. No Tecon Santos o **EBITDA** montou **R\$ 456,3 milhões** com **margem de 54%** no ano, o Tecon Imbituba ainda em fase de maturação, fechou **2011** com **EBITDA** negativo de **R\$ 25,4 milhões**. Já o Tecon Vila do Conde fechou o ano com **EBITDA** negativo de **R\$ 759 mil**.

O **EBITDA da Santos Brasil Logística** neste ano apresentou aumento expressivo de **97%** frente ao ano anterior com **evolução de 7,2 pontos percentuais na margem EBITDA**, essencialmente devido: (i) ao volume armazenado nos CLIA's no Porto de Santos; (ii) ao esforço comercial da Companhia para incrementar os serviços de logística integrada com o objetivo de atender principalmente os clientes que utilizam o porto; (iii) expansão dos serviços por meio de um novo Centro de Distribuição na cidade de São Paulo; e (iv) reajustes de preços dos serviços.

O **EBITDA do Terminal de Veículos** montou expressivos **R\$ 34,6 milhões** com crescimento de **166,2%** e aumento de **13,2 pontos percentuais** na margem. Tal resultado é consequência da grande volume de veículos movimentados, do reajuste de preço do serviço e da forte produtividade deste terminal.

EBITDA (em R\$ milhões) e Margem EBITDA (%)

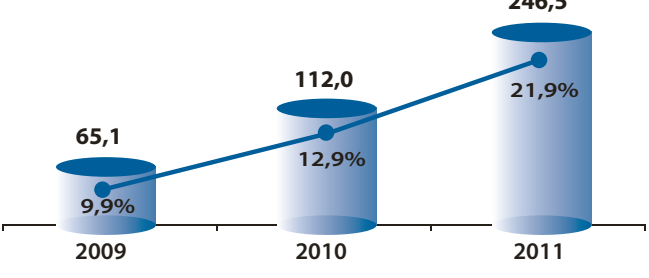


Lucro/Prejuízo Líquido

(R\$ milhões)	2011	2010	Var. (%)
EBITDA	456,9	310,1	47,3%
Depreciação e Amortização	(110,4)	(100,5)	9,9%
EBIT	346,5	209,6	65,3%
Resultado Financeiro	(47,0)	(3,2)	–
IRPJ / CSLL	(53,2)	(95,2)	-44,1%
Minoritários	0,2	0,8	–
Lucro Líquido	246,5	112,0	120,2%

Em 2011 o Lucro Líquido obteve crescimento de **120,2%**, influenciado positivamente pelo forte crescimento do resultado operacional da Companhia e também devido à incorporação do Tecon Santos na Santos Brasil Participações S.A.. O melhor resultado operacional foi consequência principalmente do incremento da receita líquida nos segmentos de terminais de contêineres e veículos que por sua vez é decorrente do ganho de *market-share* nestas atividades dado a ótima produtividade operacional da Companhia. Com isso, o lucro líquido foi positivamente afetado com a margem líquida atingindo **21,9%** em **2011**, **9,0 pontos percentuais** acima do ano anterior.

Lucro Líquido (em R\$ milhões) e Margem Líquida (%)



Dívida e Disponibilidades

(R\$ milhões)	Moeda	31/12/2011	31/12/2010	Var. (%)
Curto Prazo	Nacional	295,1	60,5	387,8%
	Estrangeira	51,3	101,7	-49,6%
Longo Prazo	Nacional	264,9	78,4	237,9%
	Estrangeira	93,8	225,7	-58,4%
Endividamento Total		705,1	466,3	51,2%
Disponibilidades		294,9	107,5	174,3%
Dívida Líquida		410,2	358,8	14,3%

O **Endividamento Total** consolidado atingiu o montante de **R\$ 705,1 milhões** em **31 de dezembro de 2011**. Em dezembro de 2011 houve captação de **R\$ 150 milhões** via Nota de Crédito à Exportação, com custo anual de **CDI + 1,6%** e prazo de 03 anos. Este empréstimo tem como objetivo o pagamento de empréstimos com vencimento no curto prazo e a redução do custo da dívida da Companhia. Desta forma, as **disponibilidades de Caixa** cresceram **174,3%** no ano e a **dívida líquida** ficou em **R\$ 410,2 milhões** com aumento de **14,3%**, o que corresponde a 0,9 vezes o EBITDA acumulado de 12 meses da Companhia. Adicionalmente, para o exercício de 2011 a Companhia anunciou a distribuição de Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos no valor de **R\$ 187,4 milhões**.

Devido ao vigoroso resultado operacional obtido ao longo do ano e com a perspectiva de melhora de geração de caixa da Companhia tanto pelo aumento do resultado operacional como pela baixa necessidade de investimentos nos próximos anos, a agência de *rating* Standard & Poor's elevou em sua Escala Nacional Brasil o rating atribuído à Companhia de "brAA-" para "brAA".

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	222.557	11.522	266.831	82.566
Aplicações financeiras	8	28.023	–	28.023	24.947
Contas a receber	9	88.036	3.700	114.586	68.484
Precatórios a receber	10	–	–	–	3.413
Estoques		10.833	–	11.918	7.724
Ativo fiscal corrente	11	6.638	10.277	9.247	16.299
Dividendos a receber		9.263	738	–	–
Despesas pagas antecipadamente		622	46	1.029	327
Operações com Swap	27b1	4.822	2.320	4.959	2.320
Mútuo a receber	7a	4.364	–	–	–
Outros ativos		1.652	452	3.625	3.279
Total do ativo circulante		376.810	29.055	440.218	209.359
Não circulante					
Depósitos judiciais	18	122.241	6	133.864	111.284
Ativo fiscal diferido	25b	94.009	–	96.322	43.064
Precatórios a receber	10	–	–	3.623	–
Mútuo a receber	7a	–	24.445	–	–
Operações com Swap	27b1	4.272	9.280	4.272	9.280
Outros ativos		9.573	5.793	10.035	10.367
Investimentos	12	387.999	1.177.781	–	–
Ativo imobilizado	13	996.131	284.619	1.133.557	1.017.078
Ativo intangível	14	338.148	132.900	586.530	622.345
Total do ativo não circulante		1.952.373	1.634.824	1.968.203	1.813.418
Total do ativo		2.329.183	1.663.879	2.408.421	2.022.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Investimentos

(R\$ Milhões)	2011	2010	Var. (%)
TERMINAIS PORTUÁRIOS	175,9	163,9	7,3%
Tecon Santos	43,4	32,0	35,6%
Tecon Imbituba	125,3	130,0	-3,6%
Tecon Vila do Conde	7,1	1,9	273,7%
LOGÍSTICA	20,3	22,6	-10,2%
TERMINAL DE VEÍCULOS	0,2	1,0	-80,0%
CORPORATIVO	0,4	22,4	–
Consolidado	196,7	210,0	-6,3%

Os **investimentos** totalizaram <



SANTOS BRASIL

Participações S.A.



SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Controladora			Consolidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	Reclassificado 31/12/2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes tributação	191.977	121.587	299.533	206.474
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Variações monetárias e cambiais	11.299	(23.129)	16.961	(24.122)
Depreciação e amortização	38.003	2.916	110.434	100.461
Provisão e baixa de projetos de investimentos inviabilizados	3.887	-	4.352	12.730
Constituição (reversão) da provisão para contingências	(8.537)	-	24.162	19.044
Equivalência patrimonial	(197.441)	(149.304)	-	-
Plano de opção de compra de ações	3.857	4.269	4.014	2.687
Reversão de ativos permanentes	(11)	-	(156)	4.269
Juros sobre debêntures	10.542	7.378	10.542	7.378
Juros sobre empréstimos apropriados	34.736	26.188	38.495	32.740
Juros sobre empréstimos capitalizados	12.294	14.521	12.748	14.542
Ganho/(perda) em operações com Swap	(1.737)	8.768	(6.782)	6.339
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	96.262	204.643	-	-
Participação dos minoritários	-	-	-	222
Reversão de IRPJ e CSLL sobre precatórios	-	-	-	1.106
	212.205	217.837	514.303	383.870
Variações nos ativos e passivos (Aumento) (diminuição) dos ativos:				
Contas a receber	(22.589)	(808)	(46.102)	(16.605)
Estoque	20	-	(4.194)	(2.217)
Ativo fiscal corrente	3.719	(3.380)	7.052	(7.315)
Despesas pagas antecipadamente	364	55	(702)	(51)
Depósitos judiciais	(6.966)	-	(22.580)	(18.633)
Mútuos a receber	20.081	9.357	-	(51)
Outros ativos	2.777	(103)	(224)	6.173
Aumento (diminuição) dos passivos:				
Fornecedores	9.150	5.526	2.158	(62.891)
Salários e obrigações sociais	8.961	57	8.902	11.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Capital social integralizado	Reservas de capital Plano de opção de compra de ações	Outras	Reservas de lucros Legal Investimento	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio atribuível aos acionistas	Participação de acionistas não controladores
Saldos em 1º de janeiro de 2010		1.042.070	20.603	28.923	5.674	67.720	-	1.164.990	(4.715)
Resultado do exercício	24	-	-	-	-	-	112.036	112.036	(807)
Plano de opção de compra de ações	24	-	4.269	-	-	-	-	4.269	-
Destinação do lucro:									
Reserva legal	20c	-	-	-	5.602	-	(5.602)	-	-
Dividendos intermediários creditados	20d	-	-	-	-	-	(49.829)	(49.829)	-
Juros sobre capital próprio creditados	20d	-	-	-	-	-	(12.457)	(12.457)	-
Reserva para investimento e expansão	20c	-	-	-	-	21.286	-	-	-
Dividendo adicional proposto	20d	-	-	-	-	22.862	(22.862)	-	-
Variação na participação em Controladas Saldos em 31 de dezembro de 2010		1.042.070	24.872	(4.548)	11.276	89.006	22.862	1.214.461	7752
Resultado do exercício	24	-	-	-	-	-	246.562	246.562	(226)
Plano de opção de compra de ações	24	-	4.014	-	-	-	-	4.014	-
Opção exercida	24	11.823	-	-	-	-	-	11.823	-
Destinação do lucro:									
Reserva legal	20c	-	-	-	12.328	-	(12.328)	-	-
Dividendos intermediários creditados	20d	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)	-
Juros sobre capital próprio creditados	20d	-	-	-	-	-	(72.868)	(72.868)	-
Reserva para investimento e expansão	20c	-	-	-	-	46.847	-	-	-
Dividendo adicional proposto	20d	-	-	-	-	24.519	(24.519)	-	-
Variação na participação em Controladas Saldos em 31 de dezembro de 2011		1.053.893	28.886	18.897	23.604	135.853	24.519	1.285.652	978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

1. Contexto operacional
A Santos Brasil Participações S.A. (Companhia), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades brasileiras ou estrangeiras e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e ferroviárias e soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres ou afins.
Em 24 de outubro de 2007, por meio de Assembleia Geral Extraordinária da Santos-Brasil S.A. (Santos-Brasil), foi aprovada a compra da totalidade das ações de emissão da Alphahrt Participações S.A., empresa aberta desde 1998 que jamais exerceu qualquer atividade operacional, para que viesse a funcionar como sociedade *holding* com a nova denominação de Santos Brasil Participações S.A. (Companhia). Foi aprovada, em ato subsequente, a incorporação, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da Santos-Brasil, que passou a ser sua subsidiária integral.
A incorporação das ações foi efetivada, sem dissidência entre os acionistas, resultando no aumento de capital em R\$1.042.070, dividido em 655.776.449 ações, sendo 452.567.461 ações ordinárias e 203.208.988 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, atribuídas aos acionistas da Santos-Brasil, em substituição àquelas que esses detinham, observada a relação de 1 ação de emissão da Companhia para cada ação da Santos-Brasil.
As units são negociadas pelo ticker STBP11 na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA , sob observância, das práticas de Governança Corporativa - Nível 2.
Em 31 de julho de 2010, a Companhia, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010, incorporou a sua controlada Tecon Imbituba S.A., conforme Nota Explicativa nº 1-b. O acervo líquido decorrente da incorporação está demonstrado na Nota Explicativa nº 12-d.
Em 31 de julho de 2010, a Companhia, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010, incorporou a parcela líquida decorrente da incorporação e Operações Portuárias S.A., conforme Nota Explicativa nº 1-d. O acervo líquido decorrente da incorporação está demonstrado na Nota Explicativa nº 12-d.
Em 15 de setembro de 2011, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a operação de cisão parcial da Santos-Brasil, seguida da incorporação da parcela cindida, nessa mesma Assembleia foi aprovada a incorporação da Nara Valley Participações S.A. (Nara Valley). Os ativos líquidos decorrentes dessas incorporações estão demonstrados na Nota Explicativa nº 12-d.
A parcela cindida e incorporada da Santos-Brasil consistiu em todos os bens móveis e imóveis, direitos e obrigações, passando a ser a filial operacional Tecon Santos, remanescente na Santos-Brasil apenas o *caixa* e o montante de R\$10 (dez mil reais) e capital social de valor correspondente. Dessa forma a Santos-Brasil continua como companhia aberta, sem solidariedade com a incorporadora, uma vez que ficou ajustado que a incorporadora será responsável por todas as obrigações que competiam à Santos-Brasil, não remanesecendo na Santos-Brasil qualquer obrigação.
Em decorrência da incorporação, a Nara Valley foi extinta, sendo sucedida pela incorporadora a título universal. Em 19 de dezembro de 2011, conforme Assembleias Gerais Extraordinárias, as Controladas Santos-Brasil S.A. (Santos-Brasil) e Mesquita S.A. Transportes e Serviços passaram a ser denominadas Numeral 80 Participações S.A. (Numeral 80) e Nova Logística S.A. (Nova Logística) respectivamente.

a. Contexto operacional da filial operacional Tecon Santos (Tecon Santos)
A filial operacional Tecon Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de recuperação de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres ou afins que envolvem a navegação e o embarque e desembarque de cargas, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97.
Em janeiro de 2010, a filial operacional Tecon Santos inaugurou a área denominada Tecon 4, representada pela expansão do pátio em 112.715 m², totalizando uma área de 596.715 m², e a construção de mais um porto, originada do Aditivo ao Contrato de Arrendamento celebrado em julho de 2006.
b. Contexto operacional da filial operacional Tecon Imbituba (Tecon Imbituba)
A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres ou afins que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 da Concorrência nº 1/2007 - Administração do Porto.
Esta filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de fevereiro de 2006 a fevereiro de 2031, por meio da operação, conservação e melhoria e ampliação das suas instalações aferevidas de pátios e armazém, e com atracação preferencial em berço contíguo aos berços do Tecon Imbituba, conforme Nota Explicativa nº 1-d.
c. Contexto operacional da controlada Nova Logística S.A. (Nova Logística)
A controlada Nova Logística tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada, desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação, exportação, e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois CLIA's (Centro Logístico Industrial Afundado).
d. Contexto operacional da controlada Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A. (Union)
A controlada Union, inicialmente, tinha como um dos objetos a exploração comercial do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações aferevidas de pátios e armazém, e com atracação preferencial em berço contíguo aos berços do Tecon de Imbituba, nos termos do Contrato de Arrendamento celebrado naquele data.
Em janeiro de 2010, a controlada Union, através da sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a movimentação, operação e investimentos nas instalações portuárias, visando a movimentação e armazenagem de veículos, relativos a exportação, importação e cabotagem, nos termos do Contrato de Arrendamento celebrado naquela data (Nota Explicativa nº 19-b).
Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao TEV, contemplando 27.500 mil m² aproximadamente, mediante a solicitação e aprovação da administração do porto.

Em 1 de dezembro de 2010 foi efetivada a cisão parcial da controlada Union, conforme Nota Explicativa nº 1. A parcela incorporada por sua controladora refere-se ao Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, e a parcela remanescente ao Terminal de Exportação de Veículos - TEV.
e. Contexto operacional da controlada Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. (Convicon)
A controlada indireta Convicon tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005 até setembro de 2018, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditv nº 2 do contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres, e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.

f. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Tecon 1, com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP
A filial operacional Tecon Santos além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu o compromisso referente ao lance no montante de R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período), as quais são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, por se tratar de um arrendamento operacional. Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela CODESP em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.
Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual (MMC), de embarques e desembarques nas operações dos navios. A MMC, a partir de novembro de 2003, passou a ser de 363.000 contêineres anuais, conforme o contrato original. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito a multa de 2% da somatória das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.

Em razão do Primeiro Aditamento ao contrato original, assinado em 3 de julho de 2006, a MMC de 363.000 vigorará até 48º mês a partir da obtenção da Licença de Instalação (LI), fornecida pela CETESB, referente à área acrescida pelo Tecon 4, que se deu em 19 de outubro de 2007. A partir do 49º mês, ou seja, 19 de outubro de 2011, a MMC passou a ser de 513.000 por ano. Este aditamento, incluiu nas MMC's acima, a meta de 70.000 contêineres na movimentação na navegação por cabotagem.
O contrato de exploração prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores adicionais por contêiner movimentado acima de duas vezes a MMC. Tais valores variam: (i) de R\$13,11 por contêiner movimentado que exceder o dobro da MMC, quando a movimentação se situar no intervalo de duas a três vezes a faixa mínima aplicável, e (ii) de R\$6,56 por contêiner movimentado que exceder a MMC para os casos em que a movimentação estiver acima de três vezes a faixa mínima estipulada.
As instalações em exploração e os bens de propriedade da CODESP, ora em utilização pela filial, devem ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CODESP após o término existente do contrato.

g. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Tecon Imbituba, com a Companhia Docas de Imbituba - CDI
A Tecon Imbituba tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo terminal de 65.000 contêineres no 1º ano de atividade, 150.000 no 2º, 280.000 no 3º e de 360.000 a partir do 4º ano de atividade.

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	Reclassificado 31/12/2010
Impostos, taxas e contribuições	(508)	(854)	11.723	412
Multas a pagar	-	-	42	(2.291)
Cópias a pagar	28.234	40.933	-	-
Outros passivos	(921)	84	(2.243)	3.065
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(89.346)	(60.097)
Juros pagos por debêntures/empréstimos	(41.270)	(62.755)	(46.165)	(70.024)
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	213.257	205.949	332.624	164.397
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(137.457)	(87.839)	(195.272)	(204.864)
Alienação de imobilizado	65	-	1.414	12.450
Aumento de investimento em controladas	(36.057)	(81.624)	-	-
Aquisição de participação societária em controladas	-	-	(4.500)	-
Aumento do ativo intangível	91	-	(1.436)	(8.131)
Incorporação Santos-Brasil S.A.	(48.776)	-	-	-
Incorporação Nara Valley Part. S.A.	6	-	-	-
Aplicações financeiras	(914)	-	(3.076)	(24.947)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	(75.622)	(169.463)	(202.870)	(195.486)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Recebimento de opções de compra de ações exercidas	11.823	-	11.823	-
Empréstimos tomados	330.226	98.376	366.400	131.108
Pagamentos de empréstimos	(105.584)	(228.734)	(160.647)	(282.805)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(163.065)	(52.811)	(163.065)	(52.811)
Caixa líquido oriundo das (usado nas) atividades de financiamentos	73.400	(183.169)	54.511	(234.508)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	211.035	(146.683)	184.265	(205.597)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.522	158.205	82.566	318.163
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	222.557	11.522	266.831	82.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Capital social integralizado	Reservas de capital Plano de opção de compra de ações	Outras	Reservas de lucros Legal Investimento	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio atribuível aos acionistas	Participação de acionistas não controladores
Saldos em 1º de janeiro de 2010		1.042.070	20.603	28.923	5.674	67.720	-	1.164.990	(4.715)
Resultado do exercício	24	-	-	-	-	-	112.036	112.036	(807)
Plano de opção de compra de ações	24	-	4.269	-	-	-	-	4.269	-
Destinação do lucro:									
Reserva legal	20c	-	-	-	5.602	-	(5.602)	-	-
Dividendos intermediários creditados	20d	-	-	-	-	-	(49.829)	(49.829)	-
Juros sobre capital próprio creditados	20d	-	-	-	-	-	(12.457)	(12.457)	-
Reserva para investimento e expansão	20c	-	-	-	-	21.286	-	-	-
Dividendo adicional proposto	20d	-	-	-	-	22.862	(22.862)	-	-
Variação na participação em Controladas Saldos em 31 de dezembro de 2010		1.042.070	24.872	(4.548)	11.276	89.006	22.862	1.214.461	7752
Resultado do exercício	24	-	-	-	-	-	246.562	246.562	(226)
Plano de opção de compra de ações	24	-	4.014	-	-	-	-	4.014	-
Opção exercida	24	11.823	-	-	-	-	-	11.823	-
Destinação do lucro:									
Reserva legal	20c	-	-	-	12.328	-	(12.328)	-	-
Dividendos intermediários creditados	20d	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)	-
Juros sobre capital próprio creditados	20d	-	-	-	-	-	(72.868)	(72.868)	-
Reserva para investimento e expansão	20c	-	-	-	-	46.847	-	-	-
Dividendo adicional proposto	20d	-	-	-	-	24.519	(24.519)	-	-
Variação na participação em Controladas Saldos em 31 de dezembro de 2011		1.053.893	28.886	18.897	23.604	135.853	24.519	1.285.652	978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tal compromisso não vem sendo cumprido, gerando assim, em 31 de dezembro de 2011, multa no montante de R\$19.927, contabilizada como custo dos serviços prestados.
O compromisso de investimentos mínimos contempla, numa primeira etapa, obras de ampliação da retroárea existente, bem como a construção de área administrativa, gates, armazém, obras de reforço e contenção do berço e a expansão deste berço em mais 120 metros. Inclui, também, a aquisição de equipamentos para o cais e retroárea compatíveis com as instalações, ou sejam, guindastes móveis de cais (MHC - *mobile harbour crane*), *reach* *stackers*, caminhões com rebocos e empilhadeiras. Numa segunda etapa, deverá ser pavimentada uma nova retroárea, adicional à primeira. Novos equipamentos de cais e retroárea deverão ser comprados no decorrer dos anos, para repor os existentes e aumentar a capacidade de movimentação do terminal.
Compondo a parcela fixa do Arrendamento, existe o compromisso de pagamento mensal pelo uso da área total arrendada, no valor de R\$128, no 1º ano de atividade, e de R\$179, a partir do 2º ano.
Compondo a parcela variável do Arrendamento, existe o compromisso de pagamento mensal pelo uso da infraestrutura terrestre, no valor de R\$62,51 por contêiner movimentado.
Padrões operacionais mínimos foram estabelecidos, de modo que a Tecon Imbituba deve realizar, pelo menos, 6 movimentos por hora por TECH, quando utilizado recurso de bordo e, no mínimo, 15 movimentos por hora por tempo, quando utilizado por tempo.
h. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Terminal de Carga Geral, com a Companhia Docas de Imbituba - CDI
A Union tem compromisso de investimentos mínimos que contemplam ampliação de armazém em 1.500 m², construção de novo armazém de 3.000 m², reparos na pavimentação, ruas, cercas, portões, implantação de instalações e redes de serviços e ampliação da capacidade de contêineres refrigerados. Além disso, o contrato prevê a implantação do ISPS Code e PSPP (Plano de Segurança Pública do Porto de Imbituba), bem como a aquisição de equipamentos próprios para movimentação de carga geral.
Como remuneração acordada com a CDI, a controlada é obrigada a pagar R\$1,92 por tonelada movimentada, mensalmente, a título da área arrendada e R\$4,26 por tonelada, por navio, a título de remuneração de infraestrutura terrestre.
A Union tem compromisso de movimentação mínima de carga geral de 120 mil toneladas no 1º ano de atividade, 140 mil toneladas no 2º ano de atividade, 180 mil toneladas no 3º ano de atividade e 200 mil toneladas do 4º ano até o término do contrato.
i. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Terminal de Veículos - TEV, com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP
A Union tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo terminal de 182.931 veículos no 2º ano de atividade, 214.147 no 3º, 250.691 no 4º, 293.470 no 5º, e de 300.000 a partir do 6º ano de atividade.
O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao terminal e ao cais público, e a construção de gate e guarita para acesso interno do terminal.
Compondo a parcela mensal do Arrendamento, existe o compromisso de pagamento pelo uso da área total arrendada, no valor de R\$254, e R\$12,29 por veículo movimentado. Referente a utilização da infraestrutura, existe o compromisso de pagamento mensal por valor de R\$49.
j. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Convicon, com a Companhia Docas do Pará - CDP
A Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de pelo menos 20.000 m² do lote A, e aquisição de equipamentos, necessários para que este esteja apto a movimentar o mínimo de 30.000 contêineres ao 5º ano da assinatura do contrato.
Como parte da remuneração garantida à CDP pelo Contrato de Exploração do Convicon, a controlada está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado, sendo R\$14,56 por contêiner cheio movimentado, R\$2,92 por contêiner vazio movimentado, e R\$1,46 por contêiner movimentado de carga unitizada



SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

g. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento remanescente. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

h. Redução ao valor recuperável - Impairment

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ativo, o montante do ativo por expectativa de rentabilidade futura foi alocado à UGC do segmento de negócio líquido, conforme Nota Explicativa nº 30. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ativo é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

i. Benefícios a empregados

Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data-base das demonstrações financeiras, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, conforme Nota Explicativa nº 7-d.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Receita operacional

A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais, armazenagem afiançada e operações logísticas. As operações de cais se referem, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em função da conclusão das operações de cada navio. A armazenagem afiançada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento em que ocorre o desembarque aduaneiro e a retirada da carga importada pelo importador ou no embarque no navio da carga exportada. As operações logísticas se referem, principalmente, ao transporte e à armazenagem nos Centros de Distribuição. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado, quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com o contrato do cliente, e a receita de frete é reconhecida quando ocorre a entrega da mercadoria que foi armazenada.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

l. Arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear, pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, e PIS e Cofins sobre os juros sobre o capital próprio. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Os valores desses tributos, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o valor dos exercícios corrente e diferido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade, tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não reverteram num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ativo. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente pelo Presidente do Grupo (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

q. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novos Standards, emendas aos Standards e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011 e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos Standards tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia, e pelos IFRS 10 e IFRS 11, os quais podem ter impacto em suas controladas atualmente consolidadas pela Companhia. A Companhia não espera adotar esse Standard antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

s. Ajuste a valor presente

As contas sujeitas ao valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Tais contas não foram trazidas ao seu valor presente em função dos prazos de liquidação serem inferiores há 60 dias.

4. Demonstrações financeiras - Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas:

Controladas diretas:	Porcentagem de participação	
	País	31/12/2011 31/12/2010
Nara Valley Participações S.A. (1)	Brasil	100%
Terminal Portuário de Veículos S.A.	Brasil	100%
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (1)	Brasil	100%
União Armazenagem e Operações Portuárias S.A.	Brasil	100%
Numeral 80 Participações S.A. (2)	Brasil	100%
Nova Logística S.A. (2)	Brasil	100%

Controladas indiretas:	Porcentagem de participação	
	País	31/12/2011 31/12/2010
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (1)	Brasil	87,67%
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.	Brasil	100%
(1) Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley adquiriu, conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário.		
Em 15 de setembro de 2011, a Companhia efetivou a incorporação da controlada Nara Valley, incorporação essa aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, conforme Nota Explicativa nº 1. Assim, a sua controlada Pará Empreendimentos passou a ser controlada direta da Companhia.		
(2) Em 19 de dezembro de 2011, conforme Assembleia Geral Extraordinária das controladas Santos-Brasil S.A. e Mesquita S.A. Transportes e Serviços passaram a ser denominadas Numerál 80 Participações S.A. e Nova Logística S.A. respectivamente.		

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Contas a receber e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

b. Contratos de swaps de taxas de juros

O valor justo de contratos de Swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo e contraparte quando apropriado.

c. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente

do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passado dos instrumentos conversíveis de opção, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

d. Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula *Black-Scholes*. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

6. Gerenciamento do risco financeiro

Política de capital

A gestão da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do WACC - Custo Médio Ponderado de Capital.

A dívida em relação ao capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Total do passivo	1.043.531	449.418
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	(250.580)	(11.522)
Dívida líquida	792.951	437.896
Total do patrimônio líquido	1.285.652	1.214.461
Relação dívida líquida sobre capital	0,61677	0,36057

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Total do passivo	1.122.769	809.068
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	(294.854)	(107.513)
Dívida líquida	827.915	701.555
Total do patrimônio líquido	1.285.652	1.213.709
Relação dívida líquida sobre capital	0,64397	0,57803

Os demais riscos: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, estão apresentados na Nota Explicativa nº 27.

7. Partes relacionadas

a. Contratos de mútuo - Controladora

	31/12/2011		31/12/2010	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Convicon Contêineres da Vila do Conde S.A.	4.364	-	-	-
Convicon Contêineres da Vila do Conde S.A.	-	24.445	-	-
Passivo circulante	-	-	-	-
Santos-Brasil S.A.	-	40.933	-	-

Em 15 de setembro de 2011, a criação e incorporação da parte cindida da Santos-Brasil, o contrato de mútuo, no qual a Companhia era devedora, foi incorporado.

Em 20 de outubro de 2011, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi capitalizado o contrato do Convicon no montante de R\$32.257.

O contrato de mútuo tem por objetivo o financiamento do capital de giro da sua controlada Convicon com vencimento em 29 de fevereiro de 2012 sendo remunerado à taxa de 112% do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários), equivalente ao custo de captação para o capital de giro.

b. Prestação de Serviço Portuário

A filial operacional Teccon Santos prestou serviço portuário de "Entrega imediata de contêineres" à controlada Nova Logística, no período de janeiro a dezembro de 2011, no montante de R\$3.141, referente a 24.579 contêineres movimentados. O preço utilizado para faturamento foi o de mercado.

c. Remuneração do pessoal-chave

Certos diretores são signatários de Acordo de Confidencialidade e não Competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Benefícios de curto prazo	579	10.752	1.843	17.659
Outros benefícios	-	156	-	475
Plano de opção de compra de ações	-	3.651	-	3.712
Total	579	14.559	1.843	21.846

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Benefícios de curto prazo	54	11	1.674	15.762
Outros benefícios	-	11	-	319
Plano de opção de compra de ações	-	3.700	-	3.700
Total	54	3.932	1.674	19.781

Nos valores da diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Os diretores possuem 0,01% das ações com direito de voto da Companhia.

d. Benefícios a empregados - Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, capacidade em idiomas, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão alimentação, vale-refeição e o fornecimento de refeições prontas. Em 31 de dezembro de 2011, os benefícios acima representaram a aplicação de R\$27.168 (R\$20.921 no período equivalente de 2010), correspondentes a 2,42% e 2,43% da receita operacional líquida consolidada.

A filial operacional Teccon Santos e as controladas Nova Logística e União incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Foi provisionado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$13.417.

e. Avas e fianças

A Companhia presta garantias às suas controladas, conforme segue:

• Carta de Fiança referente ao Contrato com CDP (Cla. de Docas do Pará), para a Convicon, no montante de R\$330.

• Fiança do contrato de aluguel do CD (Centro de Distribuição), para a Nova Logística, no montante de R\$840.

• Aval da aquisição de caminhões, para a Nova Logística, no montante de R\$1.016.

• Aval da aquisição de empilhadeiras - *Reach Stacker*, para a Nova Logística, no montante de US\$1.370.

• Aval da aquisição de semi reboques, para a Nova Logística, no montante de R\$6.402.

• Aval da aquisição de cavalos mecânicos, para a Nova Logística, no montante de R\$4.137.

• Aval da aquisição de empilhadeiras elétricas e paleteiras, para a Nova Logística, no montante de R\$658.

f. Controladores

O grupo controlador, estruturado de acordo com o Edital de Leilão PND/MT/CODESP nº 01/97, cláusula 5.2.2, é composto dos acionistas International Markets Investments C.V., Multi STS Participações S.A. e Brasil Terminals S.A.. Não houve nenhuma transação com o grupo controlador.

8. Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações

• Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e saldo em bancos	4.494	11.522	6.894	16.813
Aplicações financeiras	218.063	-	259.397	65.753
Caixa e equivalentes de caixa	222.557	11.522	266.831	82.566

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Aplicações financeiras	28.023	-	28.023	24.947
• Natureza das aplicações				

	Taxas médias % CDI		Vencimento		Controladora	
					31/12/2011	31/12/2010
Natureza das aplicações financeiras						
Investimentos mantidos para negociação:						
CDB	102,79%	04/09/2014	105.409	-		
Fundos de investimentos	101,68%	Indeterminado	140.677	-		
Total			246.086	-		

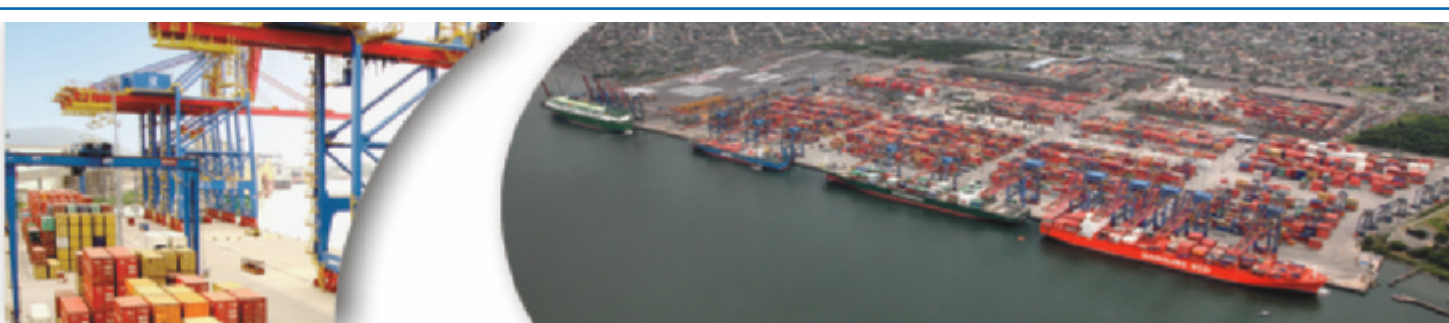
	Taxas médias % CDI		Vencimento		Consolidado	
					31/12/2011	31/12/2010
Investimentos mantidos para negociação:						
CDB	102,79%	04/09/2014	105.409	24.947		
Fundos de investimentos	101,68%	Indeterminado	182.551	65.753		
Total			287.960	90.700		

O saldo apresentado a título de outras aplicações refere-se a aplicações lastreadas a passivos cujo vencimento é superior a 90 dias.

As taxas médias das aplicações, apresentadas acima, se referem às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2011 e estão relacionadas à taxa do CDI. As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo previsto contratualmente sem prejuízo da remuneração já apropriada e fazem parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas como caixa e equivalentes de caixa no ativo circulante.

9. Contas a receber

Total			246.086	-
Natureza das aplicações financeiras	Taxas		Consolidado	
	médias % CDI	Vencimento	31/12/2011	31/12/2010
Investimentos mantidos para negociação:				
CDB	102,79%	04/09/2014	105.409	24.947



SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão	Saldo final
Processo CADE - multa	1.521	95	-	1.616
Processo CADE - faturamento TRA	74.318	18.647	-	92.965
Provisão trabalhista	7.118	5.923	1.769	11.272
Provisão processo Codesp	971	76	-	1.047
Provisão Fator Acid. De Prev. - FAP	1.857	1.070	-	2.927
Outros processos	1.585	167	47	1.705
Total	87.370	25.978	1.816	111.532

A Companhia e suas controladas possuem outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$187.746, além desses, existem outros processos que não puderam ser mensurados com suficiente segurança, em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

19. Classificação do arrendamento mercantil - Consolidado

a. Arrendamento operacional

A Companhia possui 7 ativos com contrato de arrendamento mercantil (leasing). Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

	31/12/2011
Equipamentos de informática	448
Sistemas de processamento de dados	566
Total	1.014

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reconheceu como juros o montante de R\$145, relativo a despesas financeiras, e R\$467 como despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos, em 31 de dezembro de 2011, estavam segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
De um a cinco anos	29	-	29

b. Arrendamento operacional

A Companhia, através das suas filiais, e suas controladas possuem contratos de concessão e as parcelas de arrendamento a serem apropriadas no resultado, por competência, a partir do próximo exercício, estão demonstradas a seguir:

Contrato/ano	2012	2013	2014	2015 a 2035	Total
Tecon Santos	29.815	29.815	29.815	206.220	295.665
Tecon Imitubia	3.050	3.050	3.050	57.950	67.100
Union - TEV	2.583	2.583	2.583	44.557	52.306
Convicon	758	758	758	2.021	4.295
Total	36.206	36.206	36.206	310.748	419.366

A Companhia e suas controladas também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas e operacionais (Centro de Distribuição da controlada Nova Logística), que no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 geraram despesas no montante de R\$9.716.

20. Patrimônio líquido - Controladora

a. Capital social				
Ações ordinárias		Ações preferenciais		
2011	2010	2011	2010	

Emittidas em 1º de janeiro 452.567.461 452.567.461 203.208.988 203.208.988

Exercício de opção de ações 1.016.969 - 4.067.876 -

Emittidas em 31 de dezembro 453.584.430 452.567.461 207.276.864 203.208.988

Autorizadas sem valor nominal 453.584.430 452.567.461 207.276.864 203.208.988

Do total de ações, 207.998.345 se encontravam em circulação, naquela data, sendo 41.599.669 ações ordinárias e 166.398.676 ações preferenciais; representadas por 41.599.669 unidades.

Unidades são certificadas de depósito de ações, nominativas e sem valor nominal, livres e desembaralhadas de quaisquer ônus ou gravames, cada um representando uma ação ordinária e quatro ações preferenciais.

Em 31 de março de 2011, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme Nota Explicativa nº 24, no montante de R\$2.837, sendo integralizado R\$284 em preferência de 2011 e R\$2.553 em abril de 2011. Foram emittidas 294.546 ações ordinárias e 1.178.184 ações preferenciais.

Em 30 de abril de 2011, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme Nota Explicativa nº 24, no montante de R\$8.682. Foram emittidas 690.792 ações ordinárias e 2.763.168 ações preferenciais.

Em 31 de maio de 2011, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme Nota Explicativa nº 24, no montante de R\$132. Foram emittidas 13.762 ações ordinárias e 55.048 ações preferenciais.

Em 31 de agosto de 2011, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme Nota Explicativa nº 24, no montante de R\$172. Foram emittidas 17.869 ações ordinárias e 71.476 ações preferenciais.

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, a alienação do seu controle acionário, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Governança Corporativa Nível 2 da BOVESPA oferta pública de aquisição de todas as ações dos demais acionistas da Companhia de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 (dois bilhões e um mil) ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária da direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem dividendos assegurados.

b. Reserva de capital

• Plano de opção de compra de ações

Representados pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações (Nota Explicativa nº 24), obedecendo ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

• Outras

Representação de ações, conforme Nota Explicativa nº 1, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil, na data-base de 31 de dezembro de 2006, foi levado para a conta de capital social da Controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil, representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, liquidado das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado neste grupo de Reserva de Capital.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$ 4.548.

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley adquiriu, conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$ 5.478.

c. Reserva de lucros

• Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme Orçamentos de Capital.

d. Reserva para ações acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

Segue a demonstração da remuneração aos acionistas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011:

	%	31/12/2011
Lucro líquido do exercício		246.562
Constituição da reserva legal		(12.328)
Lucro líquido ajustado (a)		234.234
Dividendos mínimos obrigatórios	25,0%	58.558

Remuneração aos acionistas

Dividendos intermediários, imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios, adiantados no decorrer do exercício de 2011 (b)

Juros sobre o capital próprio, imputável aos dividendos mínimos obrigatórios, adiantados no decorrer do exercício de 2011 (c)

Imposto de renda na fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio (d)

Dividendos complementares propostos (e)

Remuneração líquida aos acionistas (b + c - d + e)

Remuneração bruta aos acionistas (b + c + e)

Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio líquidos pagos e creditados por classe de ação foram:

Ações ordinárias	105.398
Ações preferenciais	48.164
Total	153.562

Dividendos complementares propostos

Quantidade de ações ordinárias 453.584.430

Valor unitário de dividendos complementares por ação R\$0,037102090

Quantidade de ações preferenciais 207.276.864

Valor unitário de dividendos complementares por ação R\$0,037102090

Retenção de lucros 46.847

21. Receita operacional

Conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	4.382	-	3.708	13.779
O montante de R\$2.378, apresentado em 2010, se refere à perda resultante da diferença entre os valores originais investidos no TEV e os valores ressarcidos pela CODESP.				

22. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010

Outras receitas operacionais:

Ressarcimento de ISS s/ notas canceladas 110 3 899 553

Ganho na venda de ativo 66 - 1.325 76

Correção adiantamento para fundo de dragagem 290 323 290 667

Correção de depósitos judiciais 173 - 525 377

Outras 20 - 792 648

Total 659 326 3.831 2.321

Outras despesas operacionais:

Perda no reembolso de investimento - TEV - - - 2.378

Projetos Inviabilizados 4.295 - 4.835 12.730

Outros 87 - 873 671

Total 4.382 - 5.708 15.779

O montante de R\$2.378, apresentado em 2010, se refere à perda resultante da diferença entre os valores originais investidos no TEV e os valores ressarcidos pela CODESP.

23. Receitas e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras				

Receitas financeiras

Rendimento de aplicação financeira 9.031 4.818 20.802 15.901

Juros de mútuo (*) 3.123 3.040 - -

Variações monetárias e cambiais ativas 43.494 27.803 51.589 51.618

Valor justo operação Swap 24.291 50.879 25.282 54.172

Total 1.460 668 2.155 2.112

Despesas financeiras

Juros 46.653 35.880 50.387 42.434

Juros de mútuo (*) 4.437 505 - -

Variações monetárias e cambiais passivas 48.370 15.229 62.621 37.834

IOF sobre operações de mútuos 753 571 1.376 1.043

Valor justo da operação de Swap 30.714 40.324 31.324 43.813

Outros 330 154 1.447 1.836

Total 131.257 92.663 147.155 126.960

Resultado financeiro

(49.858) (5.455) (46.967) (3.157)

(*) Conforme Nota Explicativa nº 7-a.

Programas	Preços de exercício (*)	Qtdes. de units outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valores das opções (*)	Qtdes. de units exercidas	Qtdes. de units vencidas/caducadas	Qtdes. de units - saldo
	R\$/Unit				R\$/Unit			

20/10/06 - Programa 2006

- 1º Lote Anual 77.164 20/10/07 20/10/09

- 2º Lote Anual 77.164 20/10/08 20/10/10

- 3º Lote Anual 77.165 20/10/09 20/10/11

13/08/07 - Programa 2007

- 1º Lote Anual 114.191 13/08/08 13/08/10

- 2º Lote Anual 114.191 13/08/09 13/08/11

- 3º Lote Anual 114.190 13/08/10 13/08/12

28/02/08 - Programa 2008

- 1º Lote Anual 152.110 28/02/09 28/02/11

- 2º Lote Anual 152.110 28/02/10 28/02/12

- 3º Lote Anual 152.111 28/02/11 28/02/13

28/02/08 - Programa Complementar 2008

- Lote Anual 1.115.760 28/02/11

27/01/09 - Programa 2009

- 1º Lote Anual 390.051 27/01/10 27/01/12

- 2º Lote Anual 390.051 27/01/11 27/01/13

- 3º Lote Anual 390.051 27/01/12 27/01/14

27/01/10 - Programa 2010

- 1º Lote Anual 201.734 09/03/11 09/03/13

- 2º Lote Anual 201.734 09/03/12 09/03/14

- 3º Lote Anual 201.733 09/03/13 09/03/15

19/04/11 - Programa 2011

- 1º Lote Anual 178.426 01/02/12 01/02/14

- 2º Lote Anual 178.426 01/02/13 01/02/15

- 3º Lote Anual 178.426 01/02/14 01/02/16

Total 4.456.788

(*) Valores originais, nas datas dos programas de outorga das opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, pelas quais as opções poderão ser exercidas em 3 lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

Os prazos de exercício refletem o período de 24 meses, contados a partir dos termos dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

Os custos das opções outorgadas são calculados durante os seus respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação Black-Scholes nas datas dos Programas. Na inexistência, ainda, de histórico representando o índice de caducidade no exercício das opções, se considera, no cálculo acima, que 100% das opções serão exercidas.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$4.014 (R\$4.269 em 31 de dezembro de 2010), conforme Nota Explicativa nº 20-a.

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2011, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 0,77%, as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 1,25%.

25. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

a. Conciliação do IRPJ e CSLL - correntes e diferidos

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriada ao resultado é demonstrada a seguir:

Efeitos do Regime Tributário de Transição				
Amortização do ágio	30.451	10.962	—	—
Depreciação	36.335	13.081	4.002	1.44

Lucro antes da tributação 191.977 121.587 299.533 206.474

Exclusão de equivalência patrimonial (197.441) (149.304) - -

Lucro antes da tributação ajustado (5.464) (27.717) 299.533 206.474

- Aliquota base - IRPJ e CSLL (1.881) (9.448) 101.887 70.177

- Aliquota 15% (IRPJ) e 9% CSLL (1.311) (6.652) 71.888 49.554

- Aliquota adicional 10% IRPJ com dedução de R\$240 (570) (2.796) 29.929 20.623

II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e créditos (19.883) (2.702) (18.706) (267)

- Remuneração variável da Diretoria 1.814 - 1.844 1.884

- Plano de opção de compra de ações 1.311 1.451 1.365 1.451

- Outras 1.767 82 2.860 633

- Exclusões permanentes (24.775) (4.235) (24.775) (4.235)

III - Efeitos dos incentivos fiscais (7.174) (1.325) (7.174) (1.325)

- Incentivos fiscais - (714) (1.325)

IV - Taxa Efetiva (21.764) (12.150) 82.397 68.585

- IRPJ e CSLL ajustado (I + II + III) (N/A) 43.8% 27.5% 33.2%

- Aliquota efetiva (32.821) 21.701 (29.097) 27.762

V - Efeitos do IRPJ e CSLL diferidos - Na contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (I) - 21.701 3.724 30.474

- Contabilização inicial de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (32.821) - (32.821) (2.712)

VI - Ajustes extraordinários - IRPJ e CSLL de exercício anterior (81) - (103) (1.102)

Efeitos do IRPJ e CSLL no resultado (IV + V + VI) (54.585) 9.551 53.197 95.245

(1) Refere-se à Companhia e as controladas Union e Convicon, para as quais não foram constituídos créditos fiscais diferidos em razão de não se enquadrarem nos critérios para este reconhecimento.

b. Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

O IRPJ

**SANTOS BRASIL****SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**

(a) No exercício de 2010 os precatórios estavam classificados no balanço patrimonial no grupo de outras contas a pagar no passivo circulante, em 2011 o mesmo foi classificado no balanço patrimonial no grupo de outros a receber no passivo circulante.

b. Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas por terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de Swap que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

b.1 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à taxa de juros e variação cambial.

Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de dezembro de 2011 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes de instituições financeiras de grande porte.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como

“valor justo por meio do resultado”. As variações periódicas trimestrais do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem.

O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar, Libor e CDI, divulgadas pela BM&F.

Em 1º de abril de 2011, a Companhia assinou o primeiro aditamento ao contrato de Swap - Credit Suisse, com o objetivo de eliminação do risco cambial da operação. Neste aditamento foram alterados os termos e condições referentes ao parâmetro de atualização da ponta passiva do contrato, anteriormente determinados em variação cambial + Libor + 7,95% a.a., para 108,75% CDI.

A tabela a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A coluna “Recebimentos (pagamentos)” mostra os valores recebidos ou pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e a coluna “Custo” mostra o efeito reconhecido em receita ou despesa financeira associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Controladora		
						Dez/11	Dez/10	Ponta Passiva
Swap de CDI + Prê	250.000	Set/14	Associado a operação de CCE	8.448	9.746	5.916	11.600	108,75% CDI

(*) Efetuada tendo como objeto a operação da CCE, Nota Explicativa nº 15.

Os vencimentos do Swap ocorrem simultaneamente com os vencimentos do financiamento CCE.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Controladora		
						Dez/11	Dez/10	Ponta Passiva
Swap de variação cambial + cupom - CDI	23.104	Jun/12	Associado a variação cambial	(200)	2.131	3.178	(203)	100% CDI + 3,5% a.a.

(*) Efetuada tendo como objeto a operação de hedge.

Os vencimentos do Swap ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Controladora		
						Dez/11	Dez/10	Ponta Passiva
Swap de variação cambial + cupom - CDI	55.424	Dez/11	Associado a variação cambial	(9.984)	(4.281)	(52)	(5.988)	100% CDI

(*) Efetuada tendo como objeto a operação de hedge.

Os vencimentos do Swap ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Controladora		
						Dez/11	Dez/10	Ponta Passiva
Swap de CDI + Prê	250.000	Set/14	Associado a operação de CCE	8.448	9.746	5.916	11.600	108,75% CDI

(*) Efetuada tendo como objeto a operação da CCE, Nota Explicativa nº 15.

Os vencimentos do Swap ocorrem simultaneamente com os vencimentos do Swap sem nenhum tipo de Swap com opção embutida, “gatilho”.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Controladora		
						Dez/11	Dez/10	Ponta Passiva
Swap de variação cambial + cupom - CDI	24.102	Jun/11	Associado a variação cambial	(1.192)	3.315	3.315	(1.214)	100% CDI

(*) Efetuada tendo como objeto a operação de hedge.

Os vencimentos do Swap ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Controladora		
						Dez/11	Dez/10	Ponta Passiva
Swap de variação cambial + cupom - CDI	56.378	Dez/11	Associado a variação cambial	(14.036)	(6.551)	(53)	(8.457)	100% CDI

(*) Efetuada tendo como objeto a operação de hedge.

Os vencimentos do Swap ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

b.2 - Demais instrumentos financeiros

Considerando como base as projeções de taxas de juros e moedas da BM&F e Bloomberg, foi elaborado o modelo de precificação, aplicado individualmente a cada transação.

Empréstimos, contratuais e debêntures - Foram considerados os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais e projeções de moedas e taxas de juros da BM&F e Bloomberg, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas nas mesmas fontes citadas, a BM&F e Bloomberg, não foram considerados o risco de crédito próprio, bem como eventual spread bancário por serem considerados irrelevantes. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento da parcela, obtido na curva de juros de mercado em reais.

Aplicações financeiras - As aplicações financeiras em Fundos de Investimento e CDBs, estão sendo apresentadas pelo seu valor justo dada a classificação de valor justo através do resultado, conforme demonstrado anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2011, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	Controladora	
	31/12/2011	
	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	222.557	222.557
Aplicações financeiras	28.023	28.023
Contas a receber	88.036	88.036
Operações com Swap	9.094	9.094
Mútuo a receber	4.364	4.364
Total	352.074	352.074
Passivo		
Empréstimos e financiamentos	616.651	592.809
Debêntures	67.526	81.984
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	40.491	40.491
Fornecedores	63.620	63.620
Operações com Swap	52	52
Total	788.340	778.956

	Consolidado	
	31/12/2011	
	Valor contábil	Valor justo

Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	266.831	266.831
Aplicações financeiras	28.023	28.023
Contas a receber	114.856	114.856
Operações com Swap	9.231	9.231
Total	418.941	418.941
Passivo		
Empréstimos e financiamentos	637.536	607.084
Debêntures	67.526	81.984
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	63.620	63.620
Fornecedores	55.459	55.459
Operações com Swap	53	53
Total	824.194	808.200

c. Ativos e passivos em moeda estrangeira - Consolidado

Havia somente saldos de passivos denominados em moeda estrangeira, como segue:

Natureza do saldo	Controladora		Moeda
	31/12/2011	31/12/2010	
Financiamento Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC	342	303	US\$
Financiamento Finimp	125.079	80.754	US\$
Financiamento Finimp	13.339	25.002	€
Leasing	-	310	US\$
Total	138.760	110.827	

Natureza do saldo	Consolidado		Moeda
	31/12/2011	31/12/2010	
Financiamento Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC	342	303	US\$
Financiamento Finimp	128.469	80.754	US\$
Financiamento Finimp	13.339	25.002	€
Supplier Credit	2.977	4.458	€
Leasing	-	310	US\$
Total	145.127	110.827	

d. Hierarquias de valor justo

As tabelas abaixo apresentam instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo, utilizando o método do fluxo de caixa descontado.

	Controladora			
	31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalente de caixa	4.494	218.063	-	222.557
Aplicações financeiras	-	28.023	-	28.023

	Controladora			
	31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos de Passivos financeiros	-	3.178	-	3.178
Swap-BTG Pactual	-	5.916	-	5.916
Swap-CCE	-	(52)	-	(52)

	Consolidado			
	31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalente de caixa	6.894	259.937	-	266.831
Aplicações financeiras	-	28.023	-	28.023

	Consolidado			
	31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos de Passivos financeiros	-	3.315	-	3.315
Swap-BTG Pactual	-	5.916	-	5.916
Swap-CCE	-	(53)	-	(53)

Não houve transferência de ativos ou passivos entre os níveis da hierarquia de valor justo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os instrumentos financeiros não derivativos classificados com valor justo através do resultado possuem basicamente hierarquia nível 2.

e. Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$1.494, representando 1,28% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2010, esta provisão era de R\$540, equivalentes a 0,78%.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	Controladora			
	31/12/2010			
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo				
Caixa e equivalente de caixa	222.557	11.522	266.831	82.566
Aplicações financeiras	28.023	-	28.023	24.947
Contas a receber	88.036	3.700	114.586	68.484
Operações com Swap	9.094	11.600	9.231	11.600
Mútuo a receber	4.364	-	-	-
Total	352.074	26.822	418.671	187.597

f. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Empresa é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa no conceito de Ebitda e sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adeicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Passivo

Cédulas de crédito à exportação - CCE	161.444	58.314	103.130	-
Debêntures	67.526	34.344	33.182	-
Fornecedores	40.491	40.491	-	-
Notas Promissórias	165.666	165.666	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	63.620	63.620	-	-
Nota de crédito à exportação-NCE	150.549	30.789	119.760	-
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	232	232	-	-
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	138.760	49.385	74.284	15.091
Operações com Swap	52	52	-	-
Total	788.340	442.893	330.356	15.091

	Consolidado			
	31/12/2011	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
	31/12/2011	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos

Cédulas de crédito à exportação-CCE	161.444	58.314	103.130	-
Debêntures	67.526	34.344	33.182	-
Fornecedores	55.459	55.459	-	-
Notas Promissórias	165.666	165.666	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	63.620	63.620	-	-
Nota de crédito à exportação-NCE	150.549	30.789	119.760	-
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	14.750	4.518	10.071	161
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	145.127	51.341	78.029	15.757
Operações com Swap	53	53	-	-
Total	824.194	464.104	344.172	15.918

g. Risco de mercado

Nossas políticas de gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano e o Euro que encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 com valorização em relação ao Real de 8,34% e 7,99%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2010.

A empresa mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia. Adicionalmente também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra os mesmos.

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a Empréstimos e Financiamentos, tais operações não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculados. Dentre as operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Exposição cambial

	Controladora		
	USD	EUR	Moeda
Empréstimos e financiamentos	125.079	13.339	BRL
(-) Instrumentos de hedge	(48.322)	-	BRL
Exposição líquida	76.757	13.339	

A política da Companhia é de gerenciar suas exposições considerando os fluxos previstos para o semestre subsequente. Deste modo, a exposição líquida apresentada acima referem-se as amortizações superiores ao período estipulado na política.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira e a Administração considera os mesmos como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia e suas controladas. Além desse cenário a CVM através da Instrução nº 475 determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais tomou-se como base 31 de dezembro de 2011.

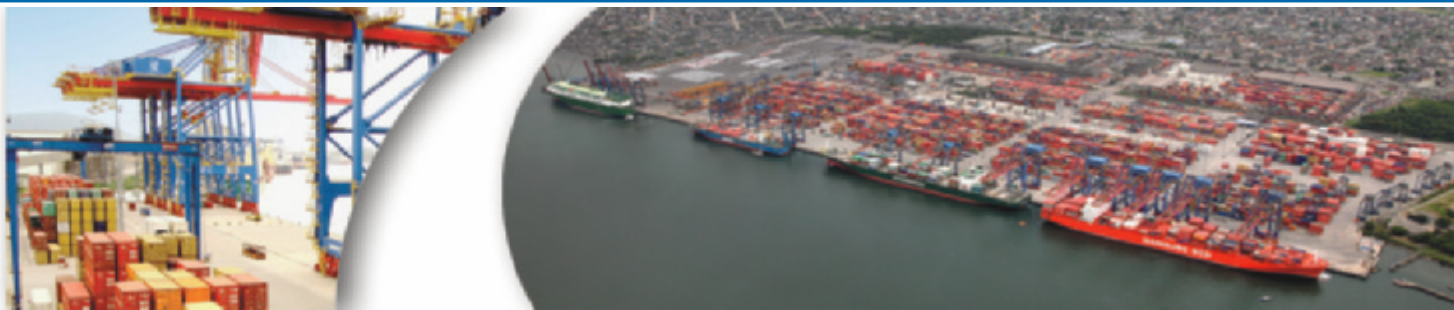
Operação	Controladora - Saldos patrimoniais			
	Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	US\$/Euro	138.760	177.949	213.539
Swap - BTG Pactual (ganho)	US\$/CDI	(3.234)	(10.046)	(16.857)
Swap - Itaú (ganho)	US\$/CDI	(4)	(6.336)	(12.667)

Taxas	Consolidado			
	USD	EUR	Moeda	
USD	1,88	2,34	2,81	
Euro	2,42	3,03	3,63	

Taxes				
US\$	1,88	2,34	2,81	
Euro	2,42	3,03	3,63	



SANTOS BRASIL



SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Contas	Terminais portuários	Logística	Terminal de veículos	Corporativo	Eliminações	Consolidado	Contas	Terminais Portuários	Logística	TEV	Corporativo	Eliminação	Consolidado	Contas	Terminais portuários	Logística	Terminal de veículos	Corporativo	Eliminações	Consolidado
Resultado financeiro	-	-	-	(3.157)	-	(3.157)	Fontes de capital							Passivo circulante	(77.380)	(27.137)	(1.862)	(7.633)	2.007	(112.005)
IRPJ/CSLL	-	-	-	(95.245)	-	(95.245)	Ativo circulante	-	-	-	-	-	(7.831)	Fornecedores	(40.107)	(12.859)	(821)	(241)	727	(53.301)
Participação de Minoritários	-	-	-	807	-	807	Outros	-	-	-	-	-	(7.831)	Outros	(37.273)	(14.278)	(1.041)	(7.392)	1.280	(58.704)
Lucro líquido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	112.036	Ativo não circulante	-	-	-	-	-	(14.861)	Passivo não circulante	(85.851)	(1.507)	(12)	(80.115)	(5.104)	(172.589)
Em 31 de dezembro de 2011, as receitas de um cliente do segmento de Terminais Portuários representaram aproximadamente R\$231.152 (R\$140.300 em 31 de dezembro de 2010), representando 24,9% do total da receita bruta consolidada.							Realizável longo prazo	-	-	-	-	-	(14.861)	Provisão contingências	(85.851)	(1.507)	(12)	-	-	(87.370)
Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional - 31/12/2011							Passivo circulante	-	-	-	-	-	410.137	Outros	-	-	-	(80.115)	(5.104)	(85.219)
							Endividamento	-	-	-	-	-	346.418	Total	1.123.670	135.648	216.725	1.412.613	(1.174.125)	1.714.531
							Dividendos/JSCP	-	-	-	-	-	63.620	Fontes de capital						
							Outras obrigações	-	-	-	-	-	99	Ativo circulante	-	-	-	-	-	(7.479)
							Passivo não circulante	-	-	-	-	-	362.060	Outros	-	-	-	-	-	(7.479)
							Endividamento	-	-	-	-	-	358.647	Ativo não circulante	-	-	-	-	-	(16.173)
							Outras obrigações	-	-	-	-	-	3.413	Realizável longo prazo	-	-	-	-	-	(16.173)
							Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.285.652	Passivo circulante	-	-	-	-	-	219.156
							Total	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.035.157	Endividamento	-	-	-	-	-	162.106
Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional - 31/12/2010							Dividendos/JSCP	-	-	-	-	-	40.957	Outras Obrigações	-	-	-	-	-	16.093
							Passivo não circulante	-	-	-	-	-	305.318	Passivo não circulante	-	-	-	-	-	304.158
							Ativo circulante	63.527	18.471	3.174	118.716	(2.008)	201.880	Participação de não controladores	-	-	-	-	-	(752)
							Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	107.513	-	107.513	Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.214.461
							Outros	63.527	18.471	3.174	11.203	(2.008)	94.367	Total	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.714.531
							Ativo não circulante	1.223.374	145.821	215.425	1.381.645	(1.169.020)	1.797.245							
							Realizável longo prazo	105.315	9.443	-	43.064	-	157.822							
							Investimento	-	-	-	1.177.781	(1.177.781)	-							
							Imobilizado	912.869	94.583	865	-	8.761	1.017.078							
							Intangível	205.190	41.795	214.560	160.800	-	622.345							

Conselho de Administração

Richard Klien (Presidente)
Verônica Valente Dantas (Vice-Presidente)

Marcos Nascimento Ferreira
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim
José Raul Sant'Anna
Andreas Klien

Alcides Lopes Tápias (Independente)
Hans Jurgen Friedrich Peters (Independente)
Wallim Cruz de Vasconcellos Junior (Independente)

Suplentes

Fabio Perrone Campos Mello
João Mendes de Oliveira Castro

Eduardo de Britto Pereira de Azevedo
Norberto Aguiar Tomaz

Itamar Benigno Filho
Guido Vinci

Diretoria

Washington Cristiano Kato
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

Antônio Carlos Duarte Sepúlveda
Diretor-Presidente
Caio Marcelo Morel Correa
Diretor de Operações

Mauro Santos Salgado
Diretor Comercial

Conselho Fiscal

Gilberto Braga (Presidente)

Antonio Carlos Pinto de Azeredo

Leonardo Guimarães Pinto

Eduardo Grande Bittencourt

Suplentes

Marcello Martins Rodrigues

Marcelo de Freitas Lapa Santos

Mauro Ormeu Cardoso Amorelli

Alexandre Luiz Oliveira de Toledo

Parecer do Conselho Fiscal

Luiz Carlos Quene TC/CRC 1SP192166/O-6 - Diretor de Controladoria

O Conselho Fiscal da Santos Brasil Participações S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras, o orçamento de capital e o demonstrativo dos órgãos da administração para a destinação do resultado, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representante da Companhia e tendo em conta, ainda, o parecer dos auditores externos, KPMG Auditores Independentes, datado de 31 de janeiro de 2012, o CONSELHO FISCAL, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

São Paulo, 31 de janeiro de 2012

Gilberto Braga
Presidente do Conselho Fiscal

Antonio Carlos Pinto de Azeredo
Membro do Conselho Fiscal

Leonardo Guimarães Pinto
Membro do Conselho Fiscal

Eduardo Grande Bittencourt
Membro do Conselho Fiscal

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da
Santos Brasil Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem

do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apuração das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santos Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Santos Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Santos Brasil Participações S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de janeiro de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7